

CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 (valores em milhares de reais)

01 Contexto Operacional

A CETESB, com sede na Avenida Professor Frederico Hermann Jr., 345 – Alto de Pinheiros – São Paulo – SP, empresa de economia mista constituída pela Lei nº 118 de 29/06/73, alterada pela Lei nº 13.542 de 08/05/09, vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, tem atribuições legais voltadas para a sua condição de órgão delegado do Governo do Estado de São Paulo no campo do controle da poluição e de órgão executor do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais – SEAQUA.

02 Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis, com base na Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76 e alterações posteriores – Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

03 Práticas Contábeis

a. Apuração do Resultado

As receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência.

b. Aplicações Financeiras

Os valores aplicados são acrescidos dos rendimentos financeiros proporcionais até a data do balanço.

c. Estoques

Os estoques de materiais e de produtos estão demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção e os serviços em andamento ao custo de produção.

d. Investimentos

Demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da provisão para desvalorização ao valor de mercado.

e. Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e acrescido de valores de reavaliação sobre imóveis, realizada no exercício de 2003.

A Companhia adotou o valor residual reavaliado em 31 de dezembro de 2003 como novo valor de custo dos imóveis (terrenos e benfeitorias). A parcela da reserva de reavaliação referente aos imóveis, exceto terrenos, é transferida (realizada) para lucros (prejuízos) acumulados na mesma proporção em que os bens são depreciados. A parcela da reserva de reavaliação sobre terrenos somente será transferida (realizada) para lucros (prejuízos) acumulados quando os terrenos forem alienados.

As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo estimado de vida útil econômica dos bens.

f. Ativo Intangível – Programas de Computador (Softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pela taxa descrita na Nota 7.

g. Provisão para Férias, Licença Prêmio e Encargos

As férias vencidas, as proporcionais, a licença prêmio e seus encargos incorridos até a data do balanço, foram apropriadas mediante constituição de provisão.

h. Arrecadação de Multas

Os valores das multas aplicadas, decorrentes do exercício do poder de polícia delegado e abrangidos pelo princípio da imunidade tributária recíproca, estão registrados nas contas de compensação e são contabilizados como resultado quando do seu efetivo recebimento, parcelamento, repasse pelo Tesouro do Estado ou sua inscrição na dívida ativa do Estado.

i. Arrecadação de Licenças Ambientais

Os valores das licenças ambientais concedidas, decorrentes do exercício do poder de polícia delegado e abrangidos pelo princípio da imunidade tributária recíproca, estão registrados como resultado quando do seu efetivo recebimento ou parcelamento.

j. Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia é optante pela tributação com base no lucro real, sendo que em 31/12/2010, o lucro líquido do exercício, ajustado pelas adições, exclusões e compensações de prejuízos fiscais de exercícios anteriores, transformou-se em um prejuízo fiscal, não sendo necessário, assim, a constituição de provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

k. Ativos Circulantes e Realizáveis a Longo Prazo

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. Em razão das características operacionais da CETESB, não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido e/ou valor justo de realização.

04 Aplicações Financeiras

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Livres	23.422	21.352
Vinculadas a Convênios	28.666	25.330
	<u>52.088</u>	<u>46.682</u>

05 Parcelamentos a Receber

	<u>Circulante</u>		<u>Realizável a Longo Prazo</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Multas Fontes Móveis	10.160	9.677	335	289
Multas Fontes Estacionárias	6.757	4.345	5.029	2.567
Licenças Instalação/Func.	14	105	0	0
Assistência Médica	95	68	317	205
Outros	28	47	0	0
Prov.Créd.Liquidação Duvid.	-6.469	-9.617	0	0
Ajuste a Valor Presente	166	261		
	<u>10.751</u>	<u>4.886</u>	<u>5.681</u>	<u>3.061</u>

06 Imobilizado**a. Composição dos Saldos**

	Taxa de Depreciação % a.a.	2010			2009
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	-	14.849	0	14.849	14.849
Edifícios e instalações	1,82 a 2,86	43.899	13.580	30.319	30.003
Rede Telemétrica	10	5.025	4.858	167	286
Máquinas e equipamentos	10	51.243	26.874	24.369	16.864
Móveis e utensílios	10	5.493	3.616	1.877	1.654
Veículos e embarcações	20 e 5	9.315	8.588	727	1.794
Microcomputadores e periféricos	20	9.069	6.466	2.603	2.936
Laboratório volante e de testes de Veículos	10	921	921	0	0
Benfeitorias em propriedade terc.	20	4.751	1.812	2.939	2.253
Imobilizações em andamento		9.784	0	9.784	9.404
Outros	4	967	101	866	869
TOTAL		155.316	66.816	88.500	80.912

b. Movimentação do Custo

	2009	2010		
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Terrenos	14.849	0	0	14.849
Edifícios e instalações	41.864	2.092	57	43.899
Rede Telemétrica	5.025	0	0	5.025
Máquinas e equipamentos	41.044	10.814	615	51.243
Móveis e utensílios	4.992	538	37	5.493
Veículos e embarcações	9.591	0	276	9.315
Microcomputadores e periféricos	8.743	661	335	9.069
Laboratório volante e de testes de Veículos	921	0	0	921
Benfeitorias em propriedade terc.	3.926	828	3	4.751
Imobilizações em andamento	9.404	380	0	9.784
Outros	967	0	0	967
TOTAL	141.326	15.313	1.323	155.316

A CETESB realizou no exercício de 2003 a reavaliação dos seus imóveis (terrenos e benfeitorias), em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, a Deliberação CVM nº 183/95 e a Deliberação CODEC nº 01/91. No exercício de 2010 foi realizado contra a conta de Resultado a depreciação no montante de R\$ 312 mil (R\$ 312 mil em 2009).

07 Intangível

a. Composição dos Saldos

	Taxa de Depreciação % a.a.	2010		2009
		Custo	Depreciação	Líquido
Software	20	3.174	2.670	491
Total		3.174	2.670	491

b. Movimentação do Custo

	2009	2010		Custo
	Custo	Adições	Baixas	
Software	2.976	198	0	3.174
Total	2.976	198	0	3.174

08 Impostos e Contribuições a Recolher

	Circulante		Exigível a Longo Prazo	
	2010	2009	2010	2009
Impostos e Contribuições	10.941	9.844	0	0
Impostos Res.Reavaliação	75	75	2.149	2.224
Parcelamento – INSS/FNDE	1.143	1.740	2.273	3.353
	12.159	11.659	4.422	5.577

09 Valores a Receber – Dívida Ativa

A CETESB continua efetuando a inscrição das multas ambientais de fontes estacionárias no Sistema da Dívida Ativa (SDA), administrado pela Procuradoria Geral do Estado. O valor das multas é atualizado pelo IPC-Fipe, que também é usado para atualização da UFESP.

Em atendimento ao princípio contábil da prudência, a Companhia adota conservadoramente o procedimento de constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas.

10 Contingências e Compromissos Assumidos

a) Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Provisões para Contingências	
	2010	2009
Contingências Trabalhistas e Previdenciárias	13.739	14.999
Reclamações Cíveis	3.511	2.923
Total	17.250	17.922

b) A movimentação da provisão no exercício de 2010 está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2009	17.922
Adições	2.666
Baixas	-3.338
Saldo em 31 de dezembro de 2010	17.250

c) Natureza das contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seu Departamento Jurídico.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

- Contencioso Cível – possui características próprias, à medida que a grande maioria das ações propostas em face da empresa (mandados de segurança e ações anulatórias de multa em geral), ainda que julgadas procedentes, não resultam em condenações que signifiquem desembolsos financeiros diretos. Nesse sentido, para os fins de se realizar o provisionamento das prováveis perdas judiciais cíveis, procedeu-se a uma triagem dos processos em curso, tendo-se, de início, realizado a escoima dos processos que não resultam em condenações com reflexos financeiros diretos, à exceção do eventual pagamento de custas e honorários advocatícios. Das perdas prováveis, o principal processo consiste na correção monetária por atraso de pagamento.
- Contingências Trabalhistas – consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a reivindicação da sexta parte, reintegração no emprego e diferenças de verbas rescisórias.

d) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2010	2009
Cíveis	5.767	4.752
Trabalhistas	12.487	14.700
	18.254	19.452

11 Reclamação Trabalhista Acordada

A reclamação trabalhista foi movida pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão (SINTIUS) – Processo nº 519/1989 da 3ª Vara do Trabalho de Cubatão.

Estando o Processo em fase de execução.

	Circulante		Exigível a Longo Prazo	
	2010	2009	2010	2009
SINTIUS	10.045	30.818	9.032	14.010
(-) pagamentos efetuados	-1.710	-20.773	0	0
Saldo	8.335	10.045	9.032	14.010

12 Patrimônio Líquido

- a. O capital social está representado por 4.633.717.397 de ações ordinárias de classe única, nominativas e sem valor nominal.
- b. O Estatuto Social da Companhia estipula que as ações ordinárias terão direito ao dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, após as deduções determinadas ou admitidas em lei, porém, baseada no art. 197 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia constituiu Reservas de Lucros a Realizar, cuja natureza decorre de receitas do Exercício do Poder de Polícia Delegado que se realizarão em exercícios futuros. Sendo assim, não houve distribuição de dividendos sobre o lucro do exercício.

13 Cobertura de Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguro contra incêndio, raio, explosão, transportes nacionais e internacionais e riscos diversos em montante considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros.

14 Instrumentos Financeiros

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais que se destinam a atender as suas necessidades de gerenciamento de disponibilidades. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controles. Os instrumentos financeiros contabilmente encontram-se a valor de mercado.

15 Adequação às novas Normas Contábeis e reflexos nas Demonstrações Contábeis

A CETESB sempre observou integralmente as Normas Contábeis Brasileiras e já se adequou às Normas Internacionais, inclusive dos CPC's – Comitês de Pronunciamentos Contábeis, ICPC's – Instruções dos Comitês de Pronunciamentos Contábeis e OCP's – Orientações dos Comitês de Pronunciamentos Contábeis vigentes a partir do exercício de 2008. De todas as adequações realizadas, cabe destacar os seguintes CPC's:

CPC 01 – Redução no Valor Recuperável de Ativos – A CETESB entende que não se enquadra na exigência/obrigatoriedade do teste de impairment, dada as suas características peculiares no uso de seus bens patrimoniais que não tem finalidade comercial, conforme ressaltado no Relatório da Administração, tendo unicamente a finalidade de prestação de serviços públicos. Registre-se que os bens patrimoniais da CETESB, após o fim de sua utilização, não são comercializados e seu destino deve, por determinação do Decreto nº 27.041/87, alterado pelo Decreto nº 27.163/87, do Relatório à Diretoria 148/97/A de 02/11/97 e da Política Institucional PI/AD-005 de Ativo Imobilizado, ser a doação para o Fundo de Solidariedade do Estado de São Paulo.

CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – Desde a vigência da Lei nº 11.637/08, a CETESB tem adotado essa demonstração.

CPC 04 – Ativo Intangível – A CETESB assume a mesma posição já apresentada no CPC 01, isto é, são bens que não estão sujeitos a transações mercantis.

CPC 16 – Estoques – Os estoques estão registrados pelo seu valor original, não havendo indicação que os valores sejam superiores aos de realização.

CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Com base na nota explicativa nº 10, a CETESB entende atender este Pronunciamento.

CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis – Foram implementadas neste exercício as adequações previstas por este CPC, expressas no Balanço Patrimonial, na Demonstração de Resultado, na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

CPC 27 – Ativo Imobilizado – Conforme apresentado no CPC 01, a CETESB por suas peculiaridades no uso de seus bens patrimoniais, que não tem finalidade mercantil, entende que a prática contábil atual está adequada a este CPC.

16 Demonstração do Resultado Abrangente

A CETESB não apresentou em suas operações e portanto não reconheceu quaisquer componentes de outros resultados ou resultados abrangentes no período findo em 31/12/10, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

17 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa está demonstrando o lucro líquido do exercício, haja vista que apurou prejuízo fiscal e portanto o lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido é igual ao lucro líquido do exercício.